

Dossiê

Do arcabouço discursivo à performance corporificada: o conceito de vulnerabilidades em processos de participação democrática

DOI: <https://doi.org/10.31990/agenda.2022.3.1>

 Lucas Henrique Nigri Veloso

Doutorando em Ciência Política pelo PPGCP-UFMG. Bolsista CAPES/PROEX. Membro do grupo MARGEM de pesquisa em democracia e justiça.

E-mail: lucasveloso@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9688-7819>

RESUMO: O artigo argumenta sobre o potencial heurístico e crítico do conceito de vulnerabilidades para pesquisas sobre participação cidadã, movimentos sociais e lutas por reconhecimento. Pela ótica das vulnerabilidades, a ação social do sujeito político se dá sempre *apesar e a partir* das vulnerabilidades existenciais e sociopolíticas que enfrenta em seu cotidiano. Nesse sentido, ao tratar dicotomias clássicas como agência e padecimento, vitimização e resistência, o conceito de vulnerabilidades nos habilita a compreender como situações de adversidade e precaridade social atravessam processos de participação política: a) introduzindo diferença na motivação e agenda política de um movimento social; b) compondo obstáculos e oportunidades para a ação coletiva; c) sendo reconfiguradas pelo próprio processo de participação cidadã. Sob certas condições, vulnerabilidades, embora originalmente vistas como percalços, podem atuar como vetores de resistência e empoderamento social. Para além de uma reflexão teórica e metodológica, o artigo apresenta resultados de aplicação empírica do conceito de vulnerabilidades sobre etnografia política que mapeou desafios e inovações democráticas promovidas pelo movimento social antimanicomial de Belo Horizonte no processo de construção e performance do protesto “dia de luta antimanicomial”.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidades; Movimentos Sociais; Participação Cidadã; Inovação Democrática; Etnografia Política.

Recebido em: 29/08/2022

Aprovado em: 16/05/2023



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 Introdução

O conceito de vulnerabilidades tornou-se especialmente relevante no campo de estudos de desigualdades e injustiças na Teoria Política contemporânea (GOODIN, 1986; KITTAY, 1999; NUSSBAUM, 2006; HOFFSMASER, 2006; HONNETH; ANDERSON, 2011; FINEMAN, 2008; 2010; MACKENZIE et.al, 2014; BIROLI, 2018). Ao conceber o ser humano como uma entidade inescapavelmente corpórea e interdependente, a noção se destaca por nos auxiliar a compreender como assimetrias de acesso a redes de cuidados, suportes e recursos socioeconômicos impactam diferencialmente existências e formas de vida. Nesse sentido, se em certo sentido sejamos todos vulneráveis, a “virada das vulnerabilidades” nos convoca a mapear como distribuições assimétricas, injustas e mesmo violentas de vulnerabilidades se perpetuem ao longo do tempo e espaço (BUTLER, 2009; 2010; 2016).

Sendo especialmente desenvolvido por epistemologias e pesquisadoras feministas, o conceito de vulnerabilidades possui expressiva adjetivação política. Isso porque pretende contestar e superar dicotomias, de cunho epistêmico e moral, que ainda são reiteradas pelo arcabouço político ocidental contemporâneo (HOFFSMASER, 2006; HONNETH; ANDERSON, 2011; GILSON, 2014; LAUGIER, 2016). Tal situação se manifesta, por exemplo, quando verificamos certos modelos de racionalidade e subjetivação política, como o neoliberal, patologizarem paixões humanas, desprezarem o estabelecimento de relações de dependência entre indivíduos e negarem responsabilidade societal e estatal para com os mais vulneráveis e precarizados. Por isso, para além de intervir sobre esquemas conceituais, perceptivos e práticos que corroboram para reiterar sistemas e estruturas de exclusões e violências, o conceito de vulnerabilidades também busca mapear em que condições sujeitas mais vulneráveis, por meio do exercício de autonomia relacional, agem, resistem e criam alternativas existenciais *apesar e a partir* de suas vulnerabilidades (BUTLER, 2010, 2017, 2018; GILSON, 2014).

Por consequência do anteriormente exposto, muitas pesquisadoras compartilham de uma preocupação metodológico-normativa especial ao utilizar conceito de vulnerabilidades: não reiterar e/ou (re)produzir estigmas e rotulações negativantes sobre sujeitos e grupos sociais em situação de precariedade. Isso porque, dentre outras coisas, o ato de definição e classificação de vulnerabilidades pode fundamentar desenhos de políticas públicas de cunho paternalista ou estabelecer restritivos e enviesados critérios de acesso à recursos públicos de suma importância para certas populações. Por isso, faz-se necessário desenvolver estratégias e métodos de pesquisa que mitiguem ao máximo os possíveis danos e violências que derivam de representações distorcidas ou irresponsáveis acerca das vulnerabilidades alheias (MACKENZIE, 2014; COLE, 2016). Tal obrigação não diz respeito apenas de um imperativo de tratamento de vieses metodológicos necessários a uma pesquisa acadêmica bem fundamentada. Também, diz respeito de um compromisso ético para com aqueles que a pesquisa acadêmica representa em seus dispositivos de saber-poder. Mas que estratégias poderiam nos ajudar a

lidar com tal importante questão e, ao mesmo tempo, potencializar a própria operacionalização da noção de vulnerabilidades enquanto um conceito engajado com o combate a injustiças e opressões sociais?

À luz das potências e desafios que a noção de vulnerabilidades nos apresenta, argumento neste artigo que a noção de vulnerabilidades pode ser potenciada, tanto em sua dimensão heurística quanto ético-normativa, quando articulada com metodologias de pesquisa etnográfica e aplicada no campo de estudos de participação democrática, movimentos sociais e lutas por reconhecimento. Dentre outras coisas, tal articulação é promissora pois nos permitirá compreender *como os próprios sujeitos políticos vulneráveis nomeiam, padecem e/ou resistem à precariedade* de forma contextual, prática e processual. Este argumento é desenvolvido e sustentado neste artigo tanto a partir de considerações de cunho teórico quanto a partir de evidências de uma etnografia política ou “cartografia de vulnerabilidades” realizada no ano de 2019 junto ao movimento de luta antimanicomial de Belo Horizonte.

O artigo é desenvolvido da seguinte forma. Na primeira parte, apresento um panorama sintético do conceito de vulnerabilidades. O foco é demonstrar em que sentidos tal noção nos permitiria superar problemas epistêmicos e morais derivados de arcabouços e modelos de sujeito, agência e autonomia política que se sustentam por uma oposição e desprezo a corporeidade humana, suas paixões e vulnerabilidades. Na segunda parte do artigo, tendo considerado a definição generalista de vulnerabilidades como *aberturas ou potências para afetar e ser afetado* cujos efeitos concretos são *sempre sociopoliticamente modulada*, reflito sobre problemas e estratégias metodológico-normativas para operacionalização do conceito em pesquisas empíricas que almejam cartografar autonomia relacional e participação política de sujeitos mais vulneráveis que os demais. Isso é realizado, sobretudo, a partir de proposições epistemológicas da filósofa Judith Butler (2012) e premissas fundamentais do método etnografia política (WEDEEN, 2010; SCHATZ, 2013; YANOW et.al, 2017). Na oportunidade, considero ainda que vieses e dilemas empíricos e normativos de instrumentalização da noção de vulnerabilidades poderiam ser superados a partir de um engajamento corporificado do pesquisador com os próprios sujeitos políticos que experienciam, nomeiam e/ou reconfiguram suas vulnerabilidades e precaridades por meio de dispositivos e inovações democráticas.

Por fim, na terceira parte do artigo, apresento o desenho de pesquisa e os resultados de etnografia política que mapeou diferenças que vulnerabilidades estruturais e expressivo-discursivas introduziram nos processos de construção e performance do protesto anual do “dia de luta antimanicomial”, promovido pelo movimento antimanicomial, em Belo Horizonte, no ano de 2019. Na ocasião, tendo participado-observado de pelo menos três arenas interacionais distintas (deliberação, ensaios de performance artística e protesto), foi possível gerar amplo registro semiótico (textualidades, fotografias e vídeos) do processo, posteriormente analisado por meio de análise crítica do discurso (FAIRCLOUGHT, 1992). Tal etnografia política ou “cartografia de vulnerabilidades” permitiu atestar: a) como vulnerabilidades introduziram custos e obstáculos para o exercício do direito de assembleia no movimento antimanicomial, sobretudo por conta das precaridades materiais que sujeitos em situação de sofrimento mental enfrentam cotidianamente; b) fatores e arranjos que,

contextualmente, contribuíram para que a própria participação democrática corroborasse na reconfiguração de vulnerabilidades dos envolvidos. Por exemplo, estrutura deliberativa porosa e repertórios políticos de cunho artístico; c) que vulnerabilidades e precaridades não constituem apenas motivação e agenda de luta política. Também são princípio de formação de alianças e vetores de contestação de estigmas e experiências de negação de reconhecimento cidadão que se manifestam tanto em escalas micro quanto macro políticas.

Considero que os achados acima apresentados são devedores da própria noção de vulnerabilidades, haja vista que essa nos convoca e possibilita mapear a resiliência criativa daqueles que agem politicamente *apesar e a partir* das precaridades que vivenciam.

2 Teoria e arcabouço político das vulnerabilidades

De forma didática, Mackenzie, Rogers e Dodds (2014) destacam pelo menos três frentes de desenvolvimento do conceito de vulnerabilidades que serão mobilizadas neste artigo como forma de apresentar características, potências e desafios de definição e operacionalização do conceito.

A primeira delas é ligada a pesquisadoras que mapeiam e tematizam redes de distribuição global (desigual) do trabalho de *care* ou cuidados e suas relações, muita das vezes perversas, como o sistema capitalista contemporâneo. Devemos ressaltar como tal empreendimento se conecta a um movimento político global que exige que os Estados democráticos cumpram com as obrigações morais que possuem para com os dependentes e mais vulneráveis. Nesse empreendimento, devemos destacar trabalhos clássicos como de Robert Goodin (1986), Eva Kittay (1999) e Martha Nussbaum (2006), além das atuais produções de Laugier (2016) e Biroli (2018).

Outra frente de desenvolvimento do conceito de vulnerabilidades é mais ligada a instituições internacionais, como a UNESCO e Comissão Europeia de Princípios de Bioética. Essa frente tem se interessado, mormente, a mapear riscos e impactos sociopolíticos decorrentes da emergência de acontecimentos e eventos científicos e tecnológicos. Por fim, uma terceira frente nos remeteria a trabalhos do campo da filosofia e sociologia política, como realizado por Judith Butler (2009; 2010; 2016; 2018). Dentre outras coisas, enquanto esse campo define o humano como um ser necessariamente vulnerável, haja vista sua condição de existência corpórea inalienável, considera-se que vulnerabilidades são sempre impactadas e moduladas por estruturas sociopolíticas e marcadores sociais corporificados, como de gênero, raça, etnicidade e classe, que se relacionam com distribuições assimétricas e injustas de experiências de precaridade (*precarity*)¹.

¹ A **precariedade** (*precariousness*) é conceituada por Butler (2010) como condição ontológica do ser humano, ou seja, qualidade ligada a sua condição de entidade corpórea inerentemente aberta, em constante mutação e sempre (inter)dependente de outrem para manutenção de sua existência. A precariedade humana, sobre essa perspectiva, é uma condição universal. Por outro lado, a **precaridade** (*precarity*) ou “**condição precária**” diz da modulação sociopolítica negativa das vulnerabilidades humanas, ou seja, da “condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem

Esse breve panorama nos permite vislumbrar a variedade de aplicações que o conceito de vulnerabilidades possui na filosofia e ciências sociais. Não obstante, para considerarmos as dimensões político-emancipatórias de tal conceito, faz-se necessário nos aprofundar sobre algumas de suas qualidades definidoras e também propostas de operacionalização prática.

De acordo com os teóricos do reconhecimento Axel Honneth e Joel Anderson (2011), uma das características mais importantes do conceito de vulnerabilidades é a sua oposição para com ideologias e noções de autonomia política que desprezam ou desconsideram pelo as características de corporeidade, interdependência e reconhecimento afetivo que definem a existência humana. Segundo os autores (ibid.p.83-84), uma concepção liberalista de autonomia, dominante desde o início da modernidade na Europa, sobrevalorizou a independência individual partindo do pressuposto de que, quanto menos restrições os indivíduos enfrentam, mais autônomos são. Mesmo que não equipare diretamente autonomia e isolamento, a imagem geral transmitida é que qualquer forma de dependência ou constrangimento reduz a autonomia. Este pensamento individualista acabou influenciando teorias modernas de justiça social, onde a meta tornou-se permitir que as pessoas dependam o mínimo possível dos outros. Conseqüentemente, as implicações dessa abordagem sugerem que a autonomia cresce com a riqueza e que o pertencimento a uma comunidade não escolhida é uma ameaça à autonomia. Apesar de algumas críticas, particularmente de teorias feministas e comunitaristas, esse entendimento liberalista tende a beneficiar mais aqueles que não necessitam de cooperação social ou de outros tipos de apoio, idealizando indevidamente os indivíduos como autossuficientes. Nesse modelo liberal, bastaria apenas a existência de leis e dispositivos de controle sociopolítico para regular relações entre indivíduos para realizarmos uma justiça plena. Contudo, como as ciências humanas e mesmo econômicas já demonstraram ao longo do tempo, um ideal de “autonomia plena”, ou seja, “a capacidade real e efetiva de desenvolver e perseguir a própria concepção de vida digna de valor” depende, para além do direito, de uma série de outros:

Modos de autorrelação (autorrespeito, autoconfiança e autoestima) que são, eles mesmos, ligados a redes de reconhecimento social. Mas autoconfiança, autorrespeito e autoestima permanecem conquistas mais ou menos frágeis e sua vulnerabilidade a várias formas de injúria, violação e denigração **faz com que proteger os contextos sociais nos quais essas conquistas emergem seja uma questão central da justiça (...)** Mas a ideia de tratar dessas carências por reconhecimento no vernáculo dos direitos se mostrou problemática. O problema central é que ela erra seu alvo, pois **o que o indivíduo necessita é ser amado ou estimado – e, precisamente, não porque tem uma pretensão jurídica a isso** (HONNETH; ANDERSON, 2011, p.99, nosso grifo).

com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte” (BUTLER, 2010, p.46, nossa tradução).

Como verificamos com Honneth e Joel Anderson, certas noções individualistas e mesmo racionalistas de autonomia política tentem a reduzir concepção de justiça ao cumprimento da lei, desconsiderando a vulnerabilidade e dependência humana de estabelecimento de redes de relações de reconhecimento material, simbólico e emocional. Não obstante, a naturalização e disseminação de arcabouços que supervalorizam um modelo de racionalidade e autonomia política pautados por ideais de independência individualista e busca pela invulnerabilidade trazem problemas ainda mais graves para nossa sociedade, segundo outros teóricos.

Ao analisar uma série de confrontos políticos internacionais contemporâneos Judith Butler (2010; 2018) propõe que quando certos Estados ou mesmo grupos sociais privilegiados constroem modelos e projetos para maximizar suas invulnerabilidades, consequências políticas nefastas são experienciados por aqueles classificados como os “mantenedores” de tais projetos irrealizáveis ou, simplesmente, os não contabilizados. Isso porque, historicamente, tais empreendimentos se dão pela produção e reiteração de enquadramentos discursivos (*frames*) que legitimam corpos e modos de vidas como dignos de proteção, fomento e aplausos em oposição a outros tantos que rotulados como improdutivos, irracionais, deficientes ou abjetos; outros tantos cuja exploração, pobreza, violência e a precariedade (*precarity*) não é sequer digna de questionamento, incômodo, lamento e/ou mesmo luto. Nesse sentido, estruturas e dispositivos de poder sobre a vida devem ser entendidos em relação a operações simbólico-cognitivas de enquadramento, classificação e predicação de entidades e modos de existência (MARQUES et al., 2021).

18

Em busca de propor uma alternativa ontológica, epistemológica e moral a teorias de sujeito e autonomia política “descorporificadas” e reprodutoras de uma monocultura racional-individualista de humano, uma “virada das vulnerabilidades” fora proposta nas últimas décadas (MACKENZIE et. al., 2014). Deve-se destacar que o objetivo não é o de menosprezar ou negar os valores da razão e racionalidade humana por meio do estabelecimento de outras hierarquias e dicotomias conceituais e morais. A pretensão maior é a de questionar como operações de hierarquização conceitual cristalizadas pela história da humanidade corroboram com a reiteração de estigmas e mesmo estruturas de poder injustas e violentas. Não obstante as promessas emancipatórias de tal projeto, quando nos deslocamos do plano teórico e normativo para o concreto e empírico, nos deparamos com grandes desafios.

No campo da teoria política e de justiça feminista, o trabalho de Martha Fineman é um dos mais importantes divulgadores do conceito de vulnerabilidades (2008; 2013). Fineman constrói a definição da noção de vulnerabilidades a partir do atestado da fragilidade material das vidas humana, que se expressa pela suscetibilidade a acidentes naturais (e.g. doenças) e sociais (e.g. negligência ou violência cometida por outrem) (2008, p.12). Para além dessa dimensão de suscetibilidade ao risco, padecimento e injúria, a vulnerabilidade humana também se caracteriza pela nossa inexorável dependência de outrem, a qual se manifesta, de forma incontestável, na infância e velhice (2013, p.4).

Do ponto de vista de Fineman, o reconhecimento de que os seres humanos são universalmente vulneráveis (“susceptíveis a” e “dependentes de”) não é apenas um atestado sobre uma condição

ontológica compartilhada. É, sobretudo, um princípio para fundamentar um modelo de Estado voltado para o cuidado de todos os seus cidadãos. Essa proposição não apenas contesta modelos políticos neoliberais que almejam reduzir o Estado a uma mera instituição de proteção de propriedades e contratos. Para Fineman, caso a existência dos Estados seja justificada pelo princípio de universalidade das vulnerabilidades humanas, o mesmo deve se tornar figura central no fornecimento de recursos (sociais, econômicos e ambientais) necessários para que todos os cidadãos tenham condições de “construir resiliência e capacidades” para que possam exercer sua autonomia política tanto em eventos de “crise” como de “oportunidades” (Fineman, 2013, p.22-23).

Sem dúvida, para que as promessas acima sejam de fato realizadas, é imprescindível refletir sobre possibilidades metodológicas e desafios na operacionalização do conceito de vulnerabilidades. Uma proposta promissora é apresentada por Mackenzie (2014). Preocupada em encontrar formas de promover confiabilidade e sensibilidade ao conceito, potenciando assim sua capacidade de fundamentação de propostas de intervenção sobre fenômenos sociopolíticos, a pesquisadora nos propõe identificar, distinguir e classificar vulnerabilidades segundo suas formas distintas de manifestação e interação com outros fatores sociais. Para isso, Mackenzie (ibid., p.39) recomenda que as pesquisas sejam capazes de diferenciar e classificar vulnerabilidades em pelo menos três categorias: a) “inerentes”, associadas principalmente com situações existenciais específicas de uma corporeidade, como as *disabilities*; b) “situacionais”, causadas por um arranjo de fatores sociais e políticos contextuais que implicam em experiências de precaridade potencial (disposicional), intermitente ou permanente; c) “patogênicas”, que se caracterizam por extrapolar a aceitabilidade moral e/ou explicitamente violar direitos e vidas, sendo um subconjunto dos outros tipos.

19

Ainda que o argumento e proposição de Mackenzie seja de valor metodológico inegável, duas críticas importantes desse ímpeto de categorização devem ser realizadas, sobretudo de um ponto de vista ético-normativo. Primeiramente, o projeto de uma ética e campo de pesquisa das vulnerabilidades exige constante reflexividade e problematização das formas com que agência e autonomia dos sujeitos de pesquisa são predicadas. Goodin (1985), por exemplo, é enfático em afirmar que a vitimização e a precaridade devem ser sempre entendidas em relação a uma distribuição assimétrica de recursos e capacidades numa sociedade. Agência e autonomia política por serem relacionais e contextuais, podem ser constrangidas, mas nunca eliminadas. Por isso, pesquisas acerca de vulnerabilidades não devem se limitar ao mapeamento dos vetores de precaridade que investem sobre o sujeito vulnerável mas, também, em considerar como esse reage, resiste ou mesmo reconfigura sua situação “apesar” e “a partir” de experiências de injúria, danos e violências.

Em trabalhos como de Butler (2016; 2017) e Gilson (2014, p.310), somos convocados a conceituar a vulnerabilidade humana sem deixar de lado seus “aspectos generativos”: se por um lado ela diz de nossa constante propensão ao dano e a injúria, também se refere a nossa abertura para afetar e ser afetado. Por exemplo, ainda que sejamos vulneráveis desde a primeira infância a processos de socialização que contribuíram para moldar modelos de subjetividades egóicas cuja identidade se dá pela

oposição àqueles que não compartilham de nossa situação corpórea, racial ou social, permanecemos, em certa medida, vulneráveis a outros processos de aprendizado e socialização de maiores qualidades democráticas. Também somos vulneráveis, em graus variados, a sermos afetados e mesmo transformados ao testemunharmos a dor alheia e nos questionarmos sobre as causas sociais de tais aflições; ou ao escutarmos o clamor de injustiça expresso por uma alteridade violentada por estigmas sociais, como o da “loucura”, e procurarmos nos deslocar em direção ao outro que nos solicita apoio. Essas afecções disruptivas podem instaurar processos individuais ou mesmo coletivos de questionamento de arcabouços simbólicos e valorativos que mobilizamos de forma naturalizada para julgar o valor de uma vida como digna de luto ou não, nos termos de Butler (2010). Em suma, por sermos vulneráveis, podemos nos questionar, reconfigurar e repotenciar enquanto indivíduos e coletividades e produzir assim normas sociais mais vulneráveis ao acolhimento da alteridade radical que nos interpela (MARQUES; VELOSO, 2022).

Quando consideramos aspectos generativos das vulnerabilidades humanas como os acima mencionados, podemos conceituar a vulnerabilidade como uma abertura ou potência para afetar e ser afetado. A partir deste nível de definição, o desafio de operacionalização se torna o de considerar como vulnerabilidades variam e produzem distintos efeitos concretos segundo intersecção com territórios sociopolíticos, redes de recursos, identidades e marcadores sociais. Por outro lado, devemos considerar, também, que um conceito que busca mapear precaridades e violências experienciadas por outrem enfrenta também importantes desafios éticos e morais.

20

No trabalho da filósofa Alysson Cole (2016), encontramos tanto um reconhecimento do potencial da noção da noção de vulnerabilidades quanto importantes ponderações sobre riscos políticos de um uso acrítico desse conceito. Em síntese, o que Cole nos coloca, em clara oposição a sugestão metodológica de Mackenzie (2014), é que a produção de taxonomias e esquemas classificatórios de vulnerabilidades, especialmente quando envolvem operações de hierarquização, podem (re)produzir violências políticas concretas. Isso porque tais taxonomias podem legitimar o acesso a políticas de distribuição de recursos para aqueles classificados pelo pesquisador como mais vulneráveis enquanto, ao mesmo tempo, se ratifica a exclusão dos demais. Ainda, dispositivos políticos de cunho paternalista, que visam controlar o sujeito e/ou disciplinar o vulnerável, como frequentemente ocorre com pessoas em situação de sofrimento mental, podem ser endossados por tais sistemas classificatórios. Cole ainda pondera se o conceito de vulnerabilidades não carece da qualidade de urgência política que conceitos como “vítima” e “vitimização” parecem possuir para apontar para situações de injustiça e violência social.

Mesmo que não nos oferte respostas concretas para o problema metodológico-normativo da “nomeação de vulnerabilidades”, Cole (ibid., p.272), em diálogo com o filósofo Jacques Rancière (2008), nos aponta para um possível tratamento para essa questão: buscarmos instrumentos que nos permitam considerar como os próprios sujeitos vulneráveis “nomeiam o dano” que lhes acomete.

Em busca de desenvolver a proposição de Cole, como argumentarei na sequência, a produção de pesquisas empíricas em que sujeitos se articulam politicamente para denunciar e reconfigurar as precaridades que lhes acometem podem ser muito promissoras para que possamos mapear como sujeitos nomeiam e agem apesar e a partir das vulnerabilidades. Por isso argumento sobre uma promissora articulação do conceito com: a) pesquisas do campo de invocações democráticas, participação política e movimentos sociais; b) metodologias de pesquisa que prezem pelo engajamento do pesquisador com os sujeitos políticos cujas vulnerabilidades pretende mapear. Vislumbro que podemos auferir pelo menos três ganhos com tal articulação: a) tratar vieses e mesmo danos de mensuração e nomeação de vulnerabilidades experienciadas pela alteridade; b) considerar as diferenças que vulnerabilidades introduzem em interações cotidianas ou de cunho político; c) mapear condições necessárias para reconfiguração de vulnerabilidades. Nesse sentido, estamos falando tanto de uma pesquisa acerca de desigualdades e injustiças, quanto de resistências e inovações democráticas.

3 Vulnerabilidades na participação política: pressuposições metodológico-normativas

21 Dentre outras coisas, teorias “clássicas” de movimentos sociais (TOURAINÉ; KHOSROKHAVAR, 2004; TILLY, 2005; TARROW, 2009) nos ajudam a conceber como situações de precaridade experienciadas por certos grupos sociais podem operar como princípios de articulação de “redes de solidariedade” e agenda política comum. Nesse sentido, é um campo promissor para se mobilizar o conceito de vulnerabilidades como instrumento para compreender desafios de participação política enfrentados por sujeitos mais vulneráveis que os demais e também para mapear como os próprios sujeitos políticos nomeiam, expressam e representam publicamente os danos e violência que lhes acometem. Não obstante, a noção de vulnerabilidades também poderia beneficiar o campo de movimentos sociais e participação política ao oferecer recursos epistemológicos para que aparentes desvantagens políticas não sejam classificadas aprioristicamente como obstáculos para a ação coletiva ou simples elementos formadores de motivações e pautas políticas. Tal como consideramos na primeira parte deste artigo, sendo vulnerabilidades concebidas como potências de afetar e ser afetado cuja modulação concreta varia sociopoliticamente, é possível também considerar que essas, em certas condições, podem ser reconfiguradas pela própria ação de um dado coletivo ou processo político e, assim, atuar em favor do mesmo num dado momento no tempo.

Quando utilizada em pesquisas com movimentos sociais, entendo que a noção de vulnerabilidades nos convocaria a também mapear a resistência, estratégia e criatividade política que permite à corpos coletivos a agir *apesar* e *a partir* de suas vulnerabilidades. Com esse tipo de conceituação, para além da possibilidade de mapearmos como fatores sócio-políticos formam obstáculos, por exemplo, para o exercício do direito constitucional à assembleia ou protesto cidadão, construiremos um empreendimento que exploraria uma questão pouco abordada pela teoria

democrática: em que condições certas configurações e instituições políticas podem ensaiar, gestar e/ou promover, em si mesmas, reconfigurações de precaridades? Em outras palavras, como nos propõe Butler, quando acionamos o conceito de vulnerabilidades para mapear processos de luta por justiça:

Em um nível, **estamos perguntando** sobre a ideia implícita de um **corpo no trabalho de certos tipos de demandas e mobilizações políticas**; em outro nível, estamos tentando descobrir como as **mobilizações pressupõem um corpo que requer apoio**. Em muitas das assembleias públicas que atraem pessoas que se entendem em posições precárias, a **exigência de acabar com a precaridade** é promulgada publicamente **por aqueles que expõem sua vulnerabilidade** a condições infraestruturas fracassadas; **há uma resistência corporal plural e performativa no trabalho que mostra como os corpos estão sendo manipulados pelas políticas sociais e econômicas** que estão dizimando os meios de subsistência. Mas esses **corpos, ao mostrar essa precaridade, também estão resistindo** a esses mesmos poderes; eles encenam uma forma de resistência que pressupõe vulnerabilidade de um tipo específico e se opõe à precaridade (BUTLER, 2016, p.20, nossa tradução e grifo).

Mas de que forma seria possível construir um desenho de pesquisa que, considerando vulnerabilidades como potências corporificadas de afetar e ser afetado cuja performance e impacto variam segundo fatores e configurações sócio-políticas contextuais, nos habilite a produzir um mapeamento: a) de formas de nomeação de vulnerabilidades; b) de precaridades que obstaculizam a ação de um movimento social; c) de estratégias, arranjos e práticas que grupos políticos promovem para reconfigurar vulnerabilidades enquanto lutam por reconhecimento social de suas demandas e vidas? Construí uma proposição de resposta para esse problema a partir de uma articulação entre o pensamento de Judith Butler e fundamentos da metodologia etnografia política.

A partir de Judith Butler (2016, 2017, 2018), considere, em primeiro lugar, que um mapeamento de vulnerabilidades em processos de resistência e luta política devem considerar que a *ágora*, o espaço ou cena pública não são uma praça, um palco ou dimensão que se encontra dada na realidade concreta. Em suma, movimentos sociais, sobretudo formados por sujeitos mais vulneráveis que os demais, lutam por condições de aparecimento numa esfera de visibilidade sociopolítica. Nesse sentido, para uma cartografia de vulnerabilidades que almeja realizar os três objetivos propostos no parágrafo anterior e, quem sabe, explorar todo o potencial do conceito, seria necessário mapear: a) como sujeitos mais vulneráveis que os demais trabalham e articulam recursos e suportes materiais, simbólicos e afetivos para que tentem reivindicar um espaço (ruas, praças, edifícios) como público; b) como performam as “cenas de aparecimento” (BUTLER, 2018, p.74) que são efeito dos processos e trabalhos coletivos que lhes permitiram estar juntos numa assembleia, num protesto ou mesmo ocupando um espaço pretensamente público.

A proposição teórica do parágrafo anterior, que tem em vista superar os desafios e potencializar a operacionalização do conceito de vulnerabilidades, demanda reflexão metodológica concreta. Para que possamos realmente compreender como vulnerabilidades introduzem diferença na construção e

performance de processos de participação democrática e movimentos sociais, tendo em mente a busca por compreender como sujeitos políticos experienciam, nomeiam e reconfiguram suas precaridades, somos praticamente impedidos a nos engajar e buscar ser afetados por aquilo que os afeta; vulnerabilizar nosso papel de pesquisador e mesmo método de pesquisa.

Como Butler (2012) teoriza, a busca por nos tornar vulneráveis à alteridade, de nos “desapropriar” de conceitos e valores que cultivamos de antemão com vistas a aumentarmos nossas possibilidades de ser afetado pelo outro é, sim, um gesto tanto ético quanto metodológico. Isso porque, quando nos colocamos em xeque pela autonomia epistêmica e experiencial de outrem, podemos questionar os vieses de nosso olhar privilegiado, de nosso “ego dominador”, de nossa posição de poder e, desse modo, coproduzir conhecimento junto a alteridade². É a partir dessa hipótese que construí minha proposta de resposta ao problema metodológico-normativo colocado pelo conceito de vulnerabilidades e, também, o desafio lançado por Cole (2016) de compreender como o sujeito vulnerável nomeia o dano que lhe acomete. Para modular tal hipótese em desenho de pesquisa concreto, considere a metodologia de pesquisa etnográfica como especialmente promissora.

4 Cartografia de vulnerabilidades no processo de construção e performance do dia de luta antimanicomial

23

4.1 Geração e análise de dados etnográficos

Na ciência política, a “etnografia política” transpõe arcabouço metodológico da antropologia contemporânea segundo objetivos específicos do campo. Verificamos que o método é utilizado com sucesso em empreendimentos que almejam mapear como estruturas e relações de poder são experienciadas e/ou resistidas de forma concreta por grupos sociais distintos (WEDEEN, 2010; YANOW et.al., 2017). A etnografia política potencializa esse tipo de desenho de pesquisa, como Schatz (2013) coloca, por orientar pesquisadores a se engajarem, interacional e processualmente, com os sujeitos que produzem e/ou são afetados pelo fenômeno de interesse de modo a: a) mapear atores, variáveis e vetores sócio-políticos negligenciados por concepções fundamentadas ou não por teorias; b) gerar evidências acerca de fatores ainda não considerados ou mesmo acesso de dados não disponíveis em domínio público; c) consideração de manifestações e variações contextuais; d)

² “O que torna possível a **capacidade de resposta política**? A situação de ser movido pelo que se vê, sente e chega a saber é sempre aquele em que se vê transportado para outro lugar, para outra cena ou para um mundo social em que não se é o Centro. E essa forma de **desapropriação** é constituída como uma forma de resposta que dá origem a ação e resistência, a aparecer junto com os outros, em um esforço para exigir o fim da injustiça. Uma forma adotada pela injustiça é a desapropriação sistemática dos povos através, por exemplo, da migração forçada, do desemprego, do desabrigo, da ocupação e da conquista. E assim levantamos a questão de **como nos despojamos do ego dominador** e entramos em formas de coletividade que se opõem a formas de desapropriação que sistematicamente abandonam as populações de modos de pertença coletiva e justiça” (BUTLER, 2012, p.21).

coprodução controlada de inferências acerca de significados, motivações e experiências que permitam. Tais características e possibilidades do método etnográfico podem nos ajudar a, por exemplo, controlar o peso explicativo que geralmente se atribui a estruturas sociopolíticas, como economia e cultura, haja vista que a etnografia nos possibilita compreender que essas entidades não são determinantes e variam em formas e capacidades de introduzir diferença no cotidiano de sujeitos políticos.

Tive a oportunidade de testar as potencialidades e proposições conceituais e metodológicas que até aqui apresentei sobre conceito vulnerabilidades, graças a aliança com as premissas epistemológicas de Butler e do método etnográfico, quando na “cartografia de vulnerabilidades” que realizei junto ao movimento social antimanicomial da cidade de Belo Horizonte no ano de 2019 (VELOSO, 2020). Na ocasião, a principal pergunta que motivara o empreendimento foi: em que sentidos vulnerabilidades introduzem diferença no processo de construção e performance do protesto do dia de luta antimanicomial?

Minha interação com o movimento social de luta antimanicomial de Minas Gerais, que é uma entidade composta por uma rede diversa de sujeitos políticos (e.g.: trabalhadores e usuários dos serviços de saúde mental do SUS) e instituições (e.g.: Fórum Mineiro de Saúde Mental de Minas Gerais - FMSM-MG), remonta ao ano de 2015. Não obstante, graças a autorização³ das lideranças do FMSM, me foi concedida oportunidade de me tornar participante-pesquisador do processo de construção e performance do protesto anual “dia de luta antimanicomial”, em 2019. A partir do conceito de vulnerabilidades, das hipóteses de Judith Butler e do método etnográfico⁴, gerei dados acerca do processo em questão a partir de “participação observante” (WACQUANT, 2002) numa série de eventos políticos.

Em linhas gerais, esse empreendimento, que nomeei como “cartografia de vulnerabilidades”, ocorreria em três etapas/contextos interacionais: a) deliberações, que objetivaram organizar divisão de tarefas, estrutura e tema do protesto; b) ensaios e experimentação das performances artísticas do protesto; c) protesto do dia de luta antimanicomial. Esses eventos ocorreram entre os meses de janeiro e maio de 2019, sendo o dia dezoito desse último o dia nacional da luta antimanicomial no Brasil. Contudo, naquele ano, o protesto ocorreria no dia dezessete. Na tabela abaixo, apresento detalhes sobre os eventos e conjunto de dados gerados em cada um desses.

³ Esse projeto de pesquisa seguiu todos os procedimentos do Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UFMG. Por isso, tanto minha presença enquanto pesquisador quanto o uso de dados acessados ou gerados junto aos sujeitos de pesquisa foram formalmente solicitados e concedidos pelo FMSM, como a partir de Termo de Uso Documental e Termo de Uso de Imagens.

⁴ Na dissertação de mestrado (VELOSO, 2020), faço uma discussão teórica e metodológica ampliada sobre os desafios e inovações que a teoria etnográfica contemporânea nos apresenta, considerando, em especial, a necessidade de reconfigurar a famigerada “observação participante” em uma engajada, reflexiva e corporificada “participação observante”. Ademais, também realizo uma tentativa de paralelismo entre os conceitos de etnografia e cartografia.

Quadro 1 - Geração de dados etnográficos

	Local/Contexto	Frequência	Postura etnográfica predominante	Artefatos documentais gerados
Reuniões de deliberação	Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG)	8	Observador	Caderno de campo Registros de áudio e imagens Atas de reunião Correspondências digitais
Ensaaios bateria antimanicomial	Fundação Nacional de Arte de Minas Gerais (FUNARTE-MG)	8	Participante	
Evento de seleção de samba-enredo e personagens do protesto	Parque Lagoa do Nado	1	Observador	
Protesto	Circuito Praça da Liberdade – Praça da Estação	1	Participante	

Fonte: Elaborado pelo autor.

O *corpus* de pesquisa gerado em etnografia são registros discursivos do extenso conjunto de interações que constituíram o processo de construção e performance do dia de luta antimanicomial em 2019. Para processamento dos dados, utilizei o método de Análise Crítica do Discurso (ACD) de Fairclough (1992) para mensurar a variação qualitativa (presença e intensidade) de vulnerabilidades nesse acervo etnográfico. De forma análoga ao “método das diferenças” de Mill (LIJPHART, 1971, p.687-688), fundamento minhas interpretações e mesmo inferências buscando fatores e arranjos que contribuíram ou não para com a presença e variação de vulnerabilidades no processo político que é objeto de pesquisa. Por exemplo, a disponibilidade de recursos para que sujeitos em situação de sofrimento mental ou mesmo a existência de normas democráticas que pautassem uma interação em questão são proposições que mobilizo para justificar a alta intensidade de índices discursivos que atestam paridade de participação nas interações deliberativas antimanicomiais.

Sobre a aplicação do método de ACD, sigo a premissa de que performance, conteúdo expressivo e qualidade de discursos variam segundo condições sócio-políticas macro e micro de enunciação, produção e consumo (FAIRCLOGHT, 1992, p.73-86). Nesse sentido, para verificar como qualidades discursivas (e indícios de vulnerabilidades) variam segundo artefatos discursivos, como textos ou imagens, a ACD nos propõe três dimensões de análise: a) prática social, que diz respeito das “matrizes discursivas” ou “ordens do discurso” acionadas para construção dos discursos, como ideologias econômicas e políticas; b) prática discursiva, que diz de suas condições de produção, consumo e circulação; c) textual, que mapeia características morfológicas, sintáticas e semânticas do discurso. Sendo assim, cada uma dessas dimensões fora por mim transformada em etapa de processamento de dados, partindo primeiramente de uma análise do artefato discursivo em si mesmo

(prática discursiva) para, posteriormente, de dimensões ligadas ao seu conteúdo (prática social e textual).

O quadro 2 abaixo detalha essas três etapas de análise e mais uma quarta, ligada a categorização de vulnerabilidades, que realizei na sequência. Toda a análise e categorização foi realizada em software Caqdas.

Quadro 2 – Etapas e dimensões de análise de dados etnográficos

ACD	Dimensão da análise	Unidades de análise	Dimensões, categorias e observações	
1ª Etapa	Prática discursiva	Artefatos gerados	etnográficos	Data, tipo do artefato etnográfico e contexto de produção.
2ª Etapa	Prática social	Textos: registrados e envolvidos; Imagens: Gestual presença e variação de elementos ao longo do tempo	Proferimentos dos atores	Identificação de elementos presentes nas imagens (atores, contextos e objetos), assim como de emissores e receptores de proferimentos registrados em artefatos discursivos, categorizando os mesmos segundo marcadores sociais da diferença (papel social, gênero e etnia).
3ª Etapa	Textual	Textos: Proferimentos dos atores envolvidos Imagens: Presença e variação de elementos		Categorização de proferimentos por temas de discurso; Interpretação de significados, performances e efeitos interacionais.
4ª Etapa	Vulnerabilidades	Temas e significados do discurso proferido; Efeitos interacionais;		Categorização das vulnerabilidades identificadas na etapa anterior em estruturais e interacionais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O mapeamento e categorização de vulnerabilidades na ACD realizada se deu da seguinte forma. Primeiramente, utilizei uma definição generalista de vulnerabilidades como “abertura para afetar e ser afetado” (GILSON, 2014; BUTLER, 2016, 2017, 2018) com vistas a mapear proferimentos e cenas imagéticas que nomeiam explicitamente ou significam reconfigurações negativas dessa abertura (e.g., em precaridades ou obstruções à participação política) ou positivas (e.g., em repertórios político-expressivos). Cabe ressaltar que essa qualificação é fundamentada pela própria perspectiva dos sujeitos de pesquisa. Em segundo lugar, fundamentado pela revisão sistemática e crítica do conceito, considerei que a presença e variação (“método das diferenças”) de reconfigurações negativas ou positivas de vulnerabilidades na etnográfica devem ser interpretados segundo categorizações realizadas de marcadores sociais da diferença (papeis sociais, raça, gênero e classe) e contexto social de manifestação das mesmas.

Por fim, com vistas principalmente a construção narrativa deste artigo, agreguei as vulnerabilidades identificadas em duas categorias: a) estruturais, que dizem de fatores que introduziram diferença na capacidade de distintos corpos participarem politicamente; b) expressivas,

relacionados as variações na nomeação, qualificação e expressão de vulnerabilidades durante o processo de participação e luta política.

5 Cartografia de vulnerabilidades: cuidado na construção e performance da política antimanicomial

5.1 Eventos deliberativos

O ponto de partida do percurso etnográfico que me permitiu mapear como vulnerabilidades introduziram diferença na construção e performance do protesto do “dia de luta antimanicomial” em 2019 foram as reuniões deliberativas organizadas pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental (FMSM) no Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG).

Os oito eventos deliberativos que ocorreram entre 16 de janeiro a 13 de março do ano de 2019 foram fundamentais para construção de um tema geral de protesto e distribuição de trabalho necessário para realizar esse evento. Nesse sentido, o dispositivo deliberação⁵ é mobilizado pelo movimento social tanto com vistas a promover qualidades democráticas (inclusividade, paridade, reflexividade) ao processo de construção e coordenar ação coletiva. Sobre a construção de um tema de protesto, a deliberação é de extrema relevância por criar condições democráticas para que diferentes sujeitos e corporeidades exponham, questionem e formem um entendimento sobre valores, motivações e objetivos que devem pautar o protesto de 2019. No que se refere aos papéis sociais dos atores envolvidos, a maioria são usuários e trabalhadoras, sobretudo mulheres, das redes pública de atendimento à saúde mental da cidade.

A definição democrática do tema de protesto também é condição primária para que os demais elementos estético-performativos do protesto sejam confeccionados em oficinas de arte dos centros de convivência constituintes da rede pública de saúde mental. Esse trabalho é necessário pois, historicamente, o protesto de Belo Horizonte estrutura-se como uma escola de samba, composta por trio elétrico, carros alegóricos, alas temáticas, samba-enredo e outros tantos elementos e personagens carnavalescos. Conforme ressaltarei posteriormente, toda essa construção somente é possível pela existência de uma ética e prática de cuidado para com vulnerabilidades que fomenta tanto a qualidade democrática do processo político como o próprio arcabouço estético do protesto.

⁵ Neste artigo, utilizo o conceito de deliberação sobretudo porque o mesmo é mobilizado pelos sujeitos de pesquisa para nomear suas interações políticas. Contudo, devo ressaltar que o conceito não é coeso, existindo divergências sobre qualidades, normas e repertórios comunicativos que a caracterizam uma deliberação e/ou tem capacidade de a promover. Todavia, como propõe Habermas (2006, p.413), a deliberação pode ser minimamente sintetizada como um processo discursivo que gera a legitimidade democrática de tomadas de decisão coletiva por promover (a) publicidade e transparência, (b) inclusão e igual oportunidade de participação e (c) expectativa justificada de resultados razoáveis.

Suportes e recursos materiais são condições necessárias para construção de quaisquer eventos deliberativos. Contudo, para que esses habilitem participação democrática de corpos mais vulneráveis que os demais, como sujeitos em situação de sofrimento mental, maiores cuidados são necessários. No que se refere ao espaço deliberativo antimanicomial, o auditório do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG) fora articulado graças à atuação de assistentes sociais e psicólogas que possuem conexão com ambas as instituições. O espaço do CRP-MG é muito importante para os eventos deliberativos pois se encontra na região central de Belo Horizonte e, portanto, é relativamente acessível. Não obstante, como já havia atestado em pesquisa junto a Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental (ASSUSAM-MG), o exercício da mobilidade urbana é uma grande vulnerabilidade para sujeitos em situação de sofrimento mental (VELOSO, 2017). Se o deslocamento espacial de quaisquer corpos é vulnerável a uma série de adversidades e, por isso, demanda uma extensa rede de suportes para que possa fazê-lo (CRESSWELL, 2010), para aqueles que experienciam mazelas materiais e simbólicas associadas ao sofrimento mental, essa vulnerabilidade deve ser considerada como uma intensa precaridade sociopolítica.

Cientes de como a mobilidade urbana é um obstáculo para participação política dos usuários nos eventos da luta antimanicomial, as lideranças do movimento social, mormente trabalhadoras da saúde, utilizam várias estratégias para reconfigurar tal situação precária. Assim como em outras interações sociais ordinárias, como eu mesmo já tive a oportunidade de fazer, trabalhadoras e outros apoiadores oferecem caronas em seus veículos privados para que os usuários dos serviços públicos de saúde mental possam participar. Contudo, em interação com Mestre⁶ (usuário do SUS, homem, negro), fiquei ciente também da busca por fornecer repasses de vales-transportes para aqueles usuários que não tem condições de arcar ou que não acesso a recursos estatais para uso de transporte público. Não obstante, em eventos em que é imperativo contar com uma maior presença de usuários, como no próprio protesto antimanicomial, ônibus são contratados.

O que todo esse cuidado para fornecimento de suportes para que corpos tenham capacidade de se deslocar pela cidade produz do ponto de vista da participação democrática? Empiricamente, se a presença de usuários nos processos deliberativos variou em torno de uma média de 15 a 20% dos presentes, sendo o maior grupo de presentes as mulheres trabalhadoras dos serviços de saúde pública, nos outros eventos, com maiores recursos de transporte, a presença deles se amplia para mais de 60%. Nesse sentido, atesta-se como participação política, formação de assembleias e outros tantos direitos políticos não estão garantidos de antemão (BUTLER, 2018). Presença e inclusividade na participação democrática são, para sujeitos mais vulneráveis que os demais, algo pelo que se luta para se efetuar.

⁶ Atendendo ao compromisso firmado com o Comitê de Ética da UFMG e o Fórum Mineiro de Saúde Mental, utilizo nomes fictícios para preservar os atores políticos do movimento antimanicomial.

Figura 1 - Reunião deliberativa para construção do dia de “luta antimanicomial” de 2019 no CRP-MG



Fonte: Registros etnográficos do autor.

29

Uma outra vulnerabilidade estrutural a ser destacada, essa que é especialmente relevante no que se refere ao contexto deliberativo antimanicomial, relaciona-se a assimetrias discursivas que se manifestam entre os próprios sujeitos políticos.

Em geral, a teoria deliberativa versa que processos interacionais de construção de entendimentos coletivos podem possuir alto grau de qualidade democrática, assim como gerar maiores ganhos epistêmicos e compromissos nas tomadas de decisões, caso sejam orientados por normas de troca discursiva que propiciem inclusividade, paridade de participação e reflexividade (HABERMAS, 2016; CURATO et.al., 2017; BÄCHTIGER et.al., 2018). Não obstante, um amplo conjunto de trabalhos nos convocam a questionar em que sentidos essas normas, de fato, garantem que grupos minoritários, para além de terem a oportunidade de fala, serem de fato escutados e atendidos (MARQUES, 2013). Também, se essas normas são capazes possibilitar a mobilização de repertórios discursivos que não atendem a concepções hegemônicas de racionalidade e lógica, tal como aqueles efetuados pela linguagem das artes, do corpo, das emoções ou mesmo da “desrazão” (MENDONÇA et.al, 2020). Como abordarei, a flexibilização das normas ideais de um processo deliberativo, tal como realizado pelo movimento antimanicomial, me pareceu um importante meio de cuidar de tais vulnerabilidades e mesmo danos democráticos que a própria deliberação política pode promover.

De um ponto de vista organizacional, a orientação normativa do processo de deliberações do ano de 2019 fora o seguinte: a) apresentação dos presentes e preenchimento de lista de presença; b) leitura da ata de reunião anterior; c) inscrições dos atores para a sequência de falas; d) apresentação de proposições e pontos de vista; e) encerramento com recados e distribuição de tarefas para o próximo encontro. Sem dúvida, o atendimento a essas normas interacionais foi fundamental para que dezenas

de proposições e justificações de temas para o protesto antimanicomial tivessem tido a oportunidade de serem enunciadas, consideradas, questionadas ou endossadas de forma democrática.

Contudo, tal como a imersão etnográfica me permitiu vivenciar e compreender, um grande fator que contribuíra para com a qualidade democrática dos eventos antimanicomiais fora o da própria possibilidade de flexibilizar, vulnerabilizar ou mesmo suspender as normas deliberativas para atenuar o constrangimento assimétrico que essas podem impor sobre os mais vulneráveis. Por exemplo, em contextos políticos de alta rigidez estrutural e com ênfase na eficácia da tomada de decisão, a mobilização de repertórios de arte, como de música ou poesia, ou mesmo arrombos de alta carga emocional, que não são justificados pelas “melhores razões”, mas por cicatrizes e traumas que ainda reverberam em corpos e mentes violentados, provavelmente não ocorreriam. Mas, na luta antimanicomial, existia espaço e condições para que tais performances fossem elaboradas, expressas e produzissem ganhos democráticos.

Inúmeras foram as “cenas dissensuais”⁷(RANCIÈRE, 2008) em que os usuários utilizaram sua inscrição de fala ou mesmo interferiram na fala de outros para: a) marcar a diferença de seu ponto de vista em relação ao dos “normais”; b) propor outras formas de nomear e interpretar o sofrimento e violência que lhes acomete; c) desabafar ou mesmo pedir ajuda, afeto, perante os problemas existenciais individuais que enfrentam; d) interpelar os próprios trabalhadores da saúde pública acerca de seus vieses de tematização do problema político da saúde mental. Uma cena representativa dessa situação fora promovida pelo usuário Di Terra, durante a sexta reunião deliberativa. Experienciando várias mazelas, como a vida em situação de rua e a sensação de abandono, Di Terra havia proposto que o protesto de 2019 homenageasse figuras históricas da luta antimanicomial que não deveriam ser esquecidas. Contudo sua sugestão não tinha sido devidamente considerada pelos demais, que alegavam que já existia uma ala no protesto que atendia a tal função. Sem ter tido oportunidade de justificar sua proposição, a deliberação seguiu. Então, quando a deliberação direcionou seu foco para tematizar ameaças graves a política de cuidado antimanicomial, considerando a possibilidade do retorno de técnicas de choque-elétrico com “tratamento” em instituições privadas de saúde, Di Terra interrompe as normas deliberativas e expressa, com emoção, porque o pior de todos os choques é o do abandono, o choque da rejeição:

Di Terra (usuário de inst. saúde pública, homem, branco): Deixa eu falar? Engraçado (...) **o choque, eletrochoque, é aplicado a todo louco antigo, a todo louco que está começando a crise, para experimentar (...)** mas o **pior choque é o choque da rejeição** (...) tive lá no Sul, num centro de saúde mental lá (...) tinha um mau uso do serviço (...) **aquilo não dava pra dormir, aquilo não era lugar pra jantar, aquilo não era lugar pra**

⁷ A “cena de dissenso” pode ser definida, minimamente, como um gesto político, geralmente não planejado, realizado por aqueles não contados ou “sem-parte”, que desafia uma certa ordem e distribuição de papéis, lugares e competências que definem aqueles que possuem capacidade de “falar” (sujeito político) daqueles que apenas emitem “ruído” (RANCIÈRE, 2008).

conviver! Era lugar pra ser amarrado e tomar remédio! (...) Quando eu chego lá, no centro de saúde que eu vou, eu quero é descansar meu esqueleto, e não é 15 minutos. **Eu quero dormir! Eu quero apagar! Mas não é com remédio! Eu não quero tomar porrada! (...)** **Porquê que não acolhem? Pergunto: somos loucos ou somos covardes?** (...) A covardia leva a gente a menosprezar o irmão! (...) **Não posso, é perigoso** (...) Mas como é que é? Trocar de casa, intercâmbio de loucura com sanidade? Abrir as portas da casa (...) **quantas vezes na sua vida você transportou um louco, ou uma pessoa em surto?** (6a Reunião Deliberativa do “18 de maio” de 2019, Registros e grifos do Autor).

31 A cena em que o proferimento acima fora enunciado, sem dúvida, dependeu do contexto deliberativo antimanicomial para ocorrer. Por outro lado, se Di Terra não interrompesse as normas interacionais para expor seu ponto de vista e dor, uma consideração de extrema relevância para aquele protesto não teria sido apresentada. Nesse discurso imprevisto e dissensual, Di Terra marcara a diferença de perspectiva entre corpos que experienciam graves precaridades ligadas ao sofrimento mental e outros corpos, “normais”, com o meu, amparados por toda uma rede de suportes materiais e que me permitiam focar apenas em minhas questões e ambições individuais. Não obstante, para Di Terra, a “covardia”, que é o descaso e a negligência para com aqueles que estão vivenciando precaridades sociais extremas; são socialmente reiteradas por uma indiferença e invulnerabilidade que os “normais” cultivam e que lhes impede de serem afetados pelas dores e sofrimentos de alteridades em sofrimento. Mais interessante, a fala de Di Terra ainda apresenta uma proposta para superação dessa situação: “abrir as portas da casa”, fazer com que os “normais” saiam de sua letargia, de sua covardia, e permitam ser afetados e se implicar para cuidar da dor alheia.

A possibilidade de enunciar proposições dissensuais como essa, no cerne de um processo deliberativo que, idealmente, é pautado pela troca de razões e busca pelo entendimento, é característica comum, mas ao mesmo tempo singular, das deliberações antimanicomiais. Tal porosidade e vulnerabilidade ao dissenso, a performance inesperada, carregada de emoção e muitas vezes arte, é fundamental para reconfigurar a situação de (negação de) reconhecimento dos corpos que se encontram presentes naquele espaço-tempo. Afinal, nem mesmo o movimento antimanicomial está isento de reiterar assimetrias de poder entre corpos marcados por classe, gênero, etnicidade e situação de saúde mental distinta.

Como nos coloca Rancière, “cenas de dissenso”, abundantes nas deliberações antimanicomiais, podem reconfigurar a “paisagem do perceptível e do pensável”, assim como “a distribuição de capacidades e incapacidades” por colocar em questão e ao mesmo tempo evidenciar a partilha política “do que é percebido, pensável e executável, e a partilha entre aqueles que são capazes de perceber, pensar e modificar as coordenadas do mundo comum” (RANCIÈRE, 2008, p.55, nossa tradução). Por isso, instituições e normas interacionais vulneráveis e capazes de fornecer suportes para que a emotividade e dissenso ocorram podem contribuir para reconfigurar dimensões importantes de reconhecibilidade social e existencial de sujeitos políticos.

5.2 “Nomeando o dano” e projetando a resistência

Especialmente por consequência do resultado das eleições brasileiras de 2018, os principais temas debatidos nos eventos deliberativos antimanicomiais foram acerca de precaridades, atuais e possíveis, que o cenário de desmanche de políticas e instituições de bem-estar social apresentava para os envolvidos. Nesse processo de deliberação, que ocorrera como um mapeamento e nomeação coletiva de injustiças, destacou-se, para mim, como os atores envolvidos não se limitaram a considerar problemas e violências consequentes dos estigmas do sofrimento mental ou precarização e privatização dos serviços públicos de saúde. Isso porque, ao refletir sobre o contexto brasileiro mais amplo e suas precaridades, considerou-se também como o sofrimento mental e a saúde pública possuem interseções violências experienciadas por outros grupos historicamente precarizados no Brasil.

Tal como ocorrera, a deliberação antimanicomial considerou experiências de vulnerabilidade e precaridade princípios de aliança política. Por operações de analogia (“essa dor parece com a minha”), empatia (“parece que sinto essa dor”) ou identificação (“eu também sou mulher, negra”) indignação e solidariedade política foram fomentadas pela deliberação. Também, como demonstrarei mais à frente, porque a ética e prática do cuidado antimanicomial defende exatamente a produção de relações simétricas de cuidado para com o outro como possibilidade de reconfigurar vulnerabilidades.

O quadro abaixo, que é resultante da análise de discurso que realizei, apresenta um panorama do processo deliberativo de mapeamento e nomeação de vulnerabilidades o qual me referi.

32

Quadro 3 – Mapeamento e nomeação de precaridades sócio-políticas

Tema	Vulnerabilidade-precaridade política	Modulação de vulnerabilidades políticas em possíveis ou atuais violências/ameaças existenciais
Eleições 2018	Polarização e discursos de ódio no processo eleitoral; Resultado das eleições;	Apreensão e medo resultante do conteúdo e carga de emoções negativas que derivaram de discursos de ódio, violência discursiva (pré-conceito, racismo, homofobia, violência contra a mulher) Políticos eleitos que endossaram, mobilizaram e representaram os discursos supracitados;

<p>Projetos Novo Governo</p>	<p>Reforma da previdência; Manutenção da PEC-241 que impõe teto de gastos públicos; Privatização de instituições do Estado;</p>	<p>Anseio quanto aos impactos para trabalhadoras e trabalhadores do setor público (aumento do tempo de contribuição, idade mínima para aposentadoria, valores). Impacto para a previdência e outros auxílios para sujeitos que com incapacidades ou situações de sofrimento agudo, como o mental, que dependem do Benefício de Prestação Continuada (BPS) para sobreviver; Temor perante o corte ou eliminação de instituições e políticas públicas de combate à desigualdade e promotoras de saúde e educação;</p>
<p>Políticas de Saúde Mental</p>	<p>Nota técnica Nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS, publicada em janeiro de 2019, às vésperas do início das deliberações; Privatização de serviços de cuidado e atendimento à saúde mental;</p>	<p>Nota técnica que torna equivalentes instituições e serviços substitutivos (CERSAMs, Centros de Convivência, Residências Terapêuticas) a hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas, sendo consequência direta redirecionamento de verbas públicas para essas últimas; Proliferação de instituições “manicomiais”, como comunidades terapêuticas privadas, por conta do sucateamento da saúde pública; Relatos concretos do retorno da oferta de técnicas de lobotomia e eletrochoque como “tratamentos” em hospitais psiquiátricos privados, o que poderia ser;</p>
<p>Mídias comunicação política</p>	<p>Atores, grupos e plataformas de extrema direita “saindo do armário”;</p>	<p>Ambiente digital contribuindo para reiteração de hostilidade para com minorias nas interações cotidianas;</p>
<p>Outros políticos temas</p>	<p>Mapeamento de precaridades e violências cometidas minorias; Crimes ambientais;</p>	<p>Aumento das taxas de feminicídio no país, assim como crimes de intolerância e de ódio contra minorias, o que afeta diretamente a maior parte dos usuários (maior parte negros e moradores de periferias) mas as mulheres trabalhadoras dos serviços públicos (grande parte, negras) Ausência de solução para o crime Marielle Franco, ícone político para grande parte da luta antimanicomial; Desastres ambientais em Minas Gerais e seus efeitos perversos, para além das mortes e danos materiais dos sobreviventes, inclusive para à saúde mental; Expansão criminosa dos latifúndios, garimpo e desmatamento no Brasil, atrelada ao que alguns dos atores presentes enquadraram como um “genocídio” dos povos indígenas;</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante do mapeamento e nomeação de múltiplas precaridades, danos e violências que o contexto sócio-político brasileiro apresentara, os atores do movimento de luta antimanicomial chegaram, processualmente, num importante entendimento: o protesto deveria demonstrar

indignação e, sobretudo, resistência perante precaridades sociopolíticas a partir de uma performance que demonstre aliança entre todas as populações que sentem e experienciam ameaças no Brasil. Esse valor e mesmo capacidade de buscar o empoderamento político a partir do cuidado com o outro é chave para compreender porque a participação política antimanicomial, em si mesma, reconfigura importantes dimensões de negação de reconhecimento afetivo, político e existencial de seus membros.

Figura 2 – Panfleto do protesto antimanicomial de 2019



Fonte: Registros etnográficos do autor.

Como resultante, o movimento antimanicomial deliberou que o tema para o protesto do ano de 2019 seria: “Direitos as diversas gentes: De mãos dadas contracorrentes”. Esse entendimento se deu a partir de uma reflexão coletiva acerca da própria memória, razão de existência e potência política da luta antimanicomial: o *cuidado*. Sendo essa ética do cuidado um valor tácito compartilhado pelos integrantes do movimento social, diante do extensivo mapeamento de precaridades disseminadas pelo Brasil, quando fora proposta a expressão “ninguém larga a mão de ninguém” como possível tema do protesto, o efeito interacional generalizado foi de apoio a proposição. Ademais, como considerou Amazona (trabalhadora da saúde, mulher, branca), a expressão também era ideal para construção do arcabouço estético do protesto. Cada uma das alas da escola de samba antimanicomial poderia performar uma população, grupo ou movimento social que a luta antimanicomial pretende cuidar, fomentar aliança e formar um coletivo empoderado:

Eu li as duas atas das reuniões anteriores e fiquei pensando, frente tudo que estamos vivendo, concordando com suas falas da última reunião, que o eixo podia e devia ser alguma coisa como ‘ninguém larga a mão de ninguém’ (...) E não é apenas por aquela corrente, daquela imagem que circulou depois das últimas eleições. Vocês sabem o tanto que já

defendi, todos esses anos, sobre a **importância da saúde mental sair articulada com outros movimentos sociais**, que a gente sempre está chamando, ainda que nem sempre apareçam, mas não tem problema (...) E eu fiquei pensando também, do que o Profeta agora falou, que **nós não vamos recuar dos nossos princípios, recuar de nossos ideais e recuar de todos os movimentos sociais que estão sofrendo pelo Brasil** (...) E eu acho que, por isso, sobre as alas (...) eu fiquei pensando (...) da gente colocar, **as alas falando de cada um dos segmentos da sociedade que estão aí apanhando**: uma ala falando dos loucos, uma ala dos LGBT, uma ala dos negros e negras, uma ala dos sem-teto e sem-terra, uma ala dos indígenas – que pensei que poderia ser a das crianças – e uma ala, que seria dos movimentos sociais em geral, que seria dos militantes em geral, uma ala dos comunistas, uma ala toda vermelha! (Amazona, 3a Reunião Deliberativa do “18 de maio” de 2019, Registros e grifos do Autor).

Contudo, antes da expressão em questão ter sido reconfigurada no tema de protesto “Direitos às diversas gentes: de mãos dadas contracorrentes”, sendo o “contracorrentes” uma alusão específica ao desmanche das políticas antimanicomiais de saúde mental e possível retorno de “tratamentos” como lobotomia e eletrochoque, surgira um dissenso: “dar as mãos” é, de fato, um gesto político?

Na visão de Militante (apoiador, homem, branco), por exemplo, o gesto de “dar as mãos” poderia tanto sugerir “falta de atitude” quanto impor obstáculos a resistência política, haja vista que “se estivermos de mãos dadas como agiremos, como pintaremos, desenharemos e como lutaremos?”. Não obstante, as mulheres trabalhadoras dos serviços de saúde mental, como Amazona, Cristal e Obá, apresentaram relevantes argumentos que justificaram a inexistência de contradição entre o gesto de dar as mãos, o cuidado com o outro e a resistência política. Primeiramente, apresentando evidências e vivências acerca de como as instituições e práticas de cuidado antimanicomial, ainda que imperfeitas, fomentam a autonomia do usuário de maneira a potencializar suas capacidades. Também, porque o “dar as mãos” não implica numa abertura acrítica para qualquer aliança ou conexão, por exemplo, para com aqueles que devem ser responsabilizados por crimes e abusos de poder, pois “sabemos para quem daremos as mãos”.

5.3 Reconfigurando e performando a vulnerabilidade

5.3.1 Trilhando o caminho para o aparecimento

A segunda metade de meu empreendimento etnográfico permitiu gerar evidências acerca de como o tema e arcabouço discursivo do protesto antimanicomial de 2019 corporificou-se em performance coletiva estético-política. Para além do protesto, em que participei-observei ativamente como membro da bateria antimanicomial, etnografei: a) como participante, oito ensaios da bateria da escola de samba “Liberdade ainda que tan-tan”; b) como observador, do evento de seleção do sambanredo e personagens carnavalescos do protesto. Nestes eventos, foi possível atestar como a articulação

das trabalhadoras de saúde pública e usuários, pautada pelos princípios do cuidado antimanicomial, criaram condições para que cartazes, fantasias e músicas fossem confeccionados e empoderassem o protesto antimanicomial na cidade.

Também, durante a própria construção desse arcabouço e repertório, quando usuários pudessem costurar, compor, ensaiar e colocar em ato diversas de suas capacidades artísticas, eles experienciaram outras formas de se identificar, de se valorizar e reconhecer, contradizendo os estigmas e rotulações negativas que corroboram para obstruir sua autorrealização cidadã e existencial, como colocaria Axel Honneth (2003).

Figura 3 – Cenas na seleção do samba-enredo e outros personagens do protesto



Fonte: Registros etnográficos do autor.

Pude experienciar, em meu próprio corpo participante-etnógrafo, reconfigurações de minhas próprias vulnerabilidades graças ao processo de participação democrática antimanicomial. A partir de convite de Mestre (usuários, homem, negro), tornei-me participante da bateria que performaria o protesto no ano de 2019. Não obstante, não possuía nenhuma experiência, ou mesmo talento, para

tocar instrumentos de percussão. Contudo, ao me abrir ao aprendizado e as orientações de Regente (artista, homem, negro), pude reconfigurar pelo menos duas de minhas vulnerabilidades expressivas. A primeira, relacionada a minha (in)capacidade de performar instrumentos de percussão, foi processada a partir de rigorosa, mas extremamente cuidadosa, orientação musical que Regente concedera a mim e aos demais participantes. Tão importante quando o aprendizado técnico, o que ele nos fez entender, sobretudo, é que instrumentos de percussão e seus ritmos, como funk e axé, deveriam ser enxergados pelo ponto de vista da cultura artística e da política de resistência ancestral da negritude.

Figura 4 – Cenas dos ensaios da bateria antimanicomial

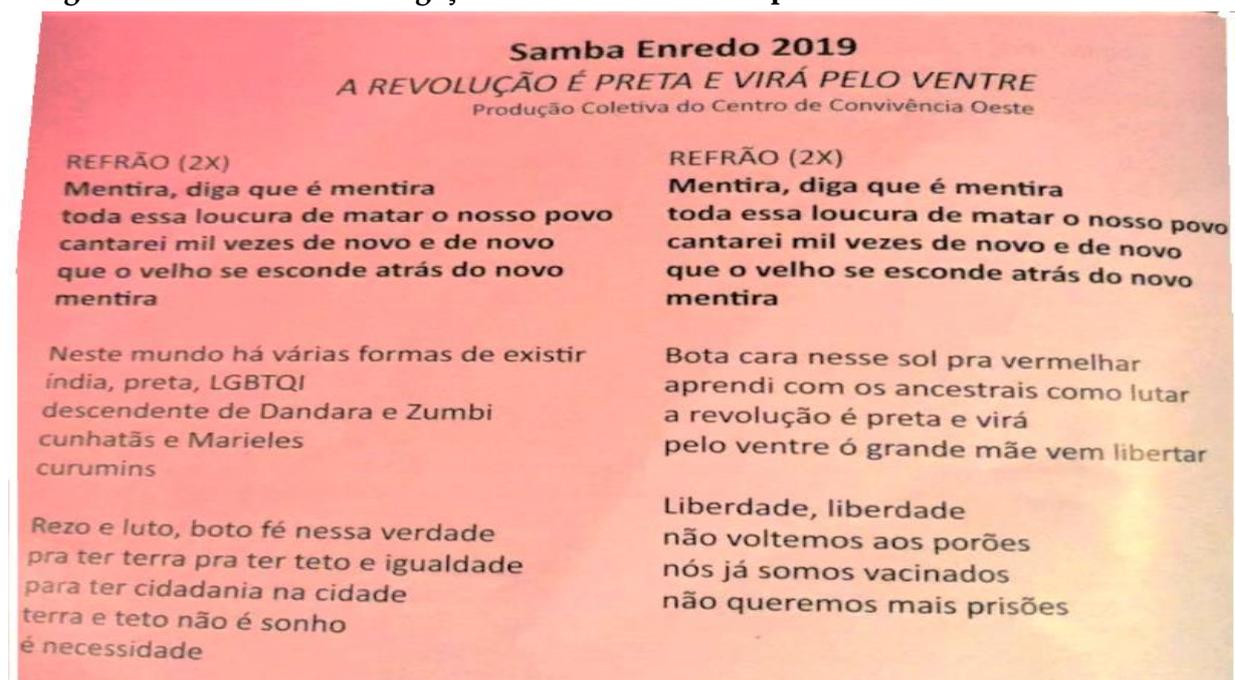


37

Fonte: Registros etnográficos do autor.

A segunda reconfiguração, que é consequência da primeira, manifestou-se como reflexividade e vulnerabilização de meu olhar etnográfico. Até aqueles ensaios, já havia me dado conta sobre como a presença e liderança das mulheres trabalhadoras da saúde era condição fundamental para que a “poética do cuidado antimanicomial” se tornasse prática política concreta. Contudo, a perspectiva de meu corpo branco ainda não havia se dado conta, talvez pela tamanha obviedade, que a potência estético-política do dia de luta antimanicomial era consequência da presença, cultura e arcabouço das corporeidades negras que empoderavam todo o processo. Por outro lado, o movimento antimanicomial parecia completamente consciente dessa característica, haja vista que o próprio sambarenredo selecionado para o protesto de 2019 fora “A revolução é preta e virá pelo ventre”.

Figura 5 – Panfleto de divulgação do samba-enredo do protesto antimanicomial de 2019



Fonte: Registros etnográficos do autor.

5.3.2 Reivindicando o aparecimento na cena urbana

No dia 17 de maio de 2019, o protesto do dia de luta antimanicomial fora performado em Belo Horizonte. Naquele evento, como membro da bateria antimanicomial, pude gerar evidências e ao mesmo tempo cooperar para que vulnerabilidades e precaridades do contexto sócio-político brasileiro, experienciadas e mapeadas deliberativamente pelos integrantes do movimento social, pudessem ser expressas e denunciadas publicamente. Ademais, também foi possível verificar as consequências estéticas e expressivas de um protesto cujo tema, motivação e empoderamento é consequência de uma concepção política de cuidado e aliança para com os precários e vulneráveis. Mas do que é capaz o “aparecimento” desses “povos” antimanicomiais?

O “aparecimento” pode designar uma presença visível, palavras faladas, mas também representação em rede e silêncio. Além disso, temos que ser capazes de pensar em tais atos como ação plural, pressupondo uma pluralidade de corpos que apresentam o seu propósito convergente de modos que não requerem uma conformidade estrita com um tipo singular de ação, ou um tipo singular de reivindicação, e que não constituem juntos um tipo singular de sujeito (BUTLER, 2018, p.157).

Figura 6 – Aparecimento dos “povos” antimanicômiais



39

Fonte: Registros etnográficos do autor.

Sobre essa entidade, sobre esse coletivo antimanicomial que reivindicava aparecimento nas ruas da cidade, os próprios índices semióticos das imagens que apresento demonstram que não podem ser caracterizados como um “povo” homogêneo, purificado e averso a diferença, tal como característica dos populismos autoritários e xenofóbicos (ROSANVALLON, 2011). Pelo contrário. Pautados pelo entendimento de que é possível empoderar-se pelo cuidado com a alteridade, ainda que mais precária, os “povos” antimanicômiais são decretados e performados como compósitos heterogêneos, abertos a aliança e sensíveis à alteridade.

Na análise processual que conduzi, pude inferir que era exatamente porque esse protesto fora processualmente construído por uma “poética do cuidado”, preocupada tanto em denunciar quanto amparar e reconfigurar vulnerabilidades que suas “cenas de aparecimento”, na linguagem de Butler (2018, p.157), foram especialmente democráticas, por “não requerem uma conformidade estrita com um tipo singular de ação, ou um tipo singular de reivindicação, e que não constituem juntos um tipo singular de sujeito”.

As imagens que aqui apresento não apenas demonstram como o processo de nomeação de vulnerabilidades e precaridades realizada deliberativamente pelo movimento social antimanicomial foram corporificadas na cena pública. Também, apresentam rastros dos efeitos que a participação

democrática antimanicomial produziu, a nível material, simbólico e afetivo nos corpos envolvidos e na própria cidade. Como Butler (2016; 2018) e Rancière (2008) nos levam a considerar, algo acontece quando “vidas precarizadas” ou “sem-parte” performam a si mesmos e suas vulnerabilidades de forma inesperada, dissensual, contraditória.

Figura 7 – Corpos em “excesso”



Fonte: Registros etnográficos do autor.

Como tive a oportunidade de explorar e demonstrar noutra ocasião (MARQUES, VELOSO, 2021), as teorias de Butler e Rancière possuem interessantes interseções no que se refere a busca de compreender como estruturas macro políticas atuam para reprodução social da desigualdade, injustiça e violência. Seja pela repetição micro interacional de “esquemas de reconhecibilidade”, tal como conceituado por Butler, ou pela “partilha policial do sensível”, proposta por Rancière, ambos teóricos nos levariam a considerar que, na vida cotidiana, de forma menos ou mais consciente, reproduzimos estruturas hierárquicas da sociedade quando repetimos formas ordinárias de reconhecer, julgar, valorar e interagir com a alteridade. A partir de tal hipótese, é possível afirmar que estigmas sociais abstratos, como o da “loucura”, são reproduzidos num dada contexto social cada vez que a existência, capacidade e valor do sujeito e corpo em sofrimento mental é reduzida, aprisionada, marginalizada ou apagada, por negligência ou violência explícita.

Por outro lado, ambos Butler e Rancière nos levam a considerar como tal repetição e reiteração de ordens sociais opressivas podem ser enfrentadas por “corpos em aliança” (BUTLER, 2018) ou os “sem parte” (RANCIÈRE, 2008). Quando essas subjetividades corpóreas tem a possibilidade de aparecer e performar a si mesmos de forma a contrariar estigmas, rótulos e predicados que lhes são

comumente atribuídos (“loucos”, doentes, usuários), performando outros papéis e corporeidades (cidadão, manifestante, poetas, instrumentistas, artesãos) e modos dissensuais de habitar o espaço-tempo (deliberando, argumentando, ensaiando, protestando, posando para fotos) fissuras e fraturas são promovidas na reiteração habitual da ordem cotidiana. Quando essas performances e cenas inesperadas e imprevistas ocorrem, comportamentos, julgamentos e olhares naturalizados são colocados em xeque. Contradição e dissenso promovem oportunidade para mudança e experimentação de outras formas de nomear, valorar e se relacionar com aquele outrora estigmatizado. Assim, a participação democrática gestou, em si mesma, vetores de combate ao estigma da “loucura” e empoderamento de sujeitas em situação de sofrimento mental.

6 Conclusão

O artigo argumentara sobre o potencial heurístico e crítico do conceito de vulnerabilidades em pesquisas acerca de processos de luta por reconhecimento e movimentos sociais. No plano teórico, em síntese, essa potência se justifica pela possibilidade do conceito corroborar para realização de um duplo mapeamento: a) acerca de como precaridades e violências sociais experienciadas por sujeitos políticos e movimentos sociais formam motivação e, ao mesmo tempo, introduzem custos para suas ações políticas; b) sobre as características e processos de resistência e/ou reconfiguração de vulnerabilidades que possibilitam sujeitos políticos a exercer autonomia política relacional necessária para demandar e alterar condições de (não) reconhecimento sócio-político de seu status cidadão e existencial.

Também consideramos que tipo de operacionalização metodológica seria necessária para que o conceito de vulnerabilidades realize o duplo empreendimento anteriormente exposto. Dentre outras coisas, problemas de operacionalização metodológica do conceito de vulnerabilidades encontram-se para além da construção de definição precisa, métricas confiáveis e tratamento de viés de mensuração. Sobretudo, quando consideramos que classificações e hierarquizações de vulnerabilidades podem fundamentar políticas públicas emancipatórias ou paternalistas perversas de cunho alienante, torna-se necessário considerar dilemas de cunho ético-normativo. Diante dessa importante questão, a partir de diretriz epistemológica da filósofa Judith Butler e fundamentos do método etnografia política, argumentei que esses problemas poderiam ser tratados a partir da construção de instrumentos que permitam compreender como os próprios sujeitos políticos vulneráveis nomeiam, denunciam e resistem as precaridades que lhes acometem.

Como forma de demonstrar potências e limites de aplicação prática da discussão teórica e epistemológica realizada, apresentei resultados de pesquisa empírica que pretendeu verificar como vulnerabilidades introduziram diferença no processo de construção e performance do protesto “dia de luta antimanicomial” que ocorrera no ano de 2019. Graças ao conceito e metodologia, foi possível compreender, primeiramente, como o movimento social em questão processara precaridades e violências políticas que motivaram e introduziram custos a sua ação coletiva. Sobre essa dimensão,

evidenciei que uma orientação “poética” (prática e ética) do cuidado para com o mais vulnerável, que se manifestara, por exemplo, na construção de estrutura deliberativa inclusiva e porosa ao dissenso fora fundamental para que sujeitos em situação de sofrimento mental participassem democraticamente do processo político em questão.

Também, em outros contextos para além das deliberações, como no próprio protesto antimanicomial, apresentei evidências acerca de como a participação democrática pode corroborar para com reconfiguração de experiências reiteradas de estigmatização e precaridades sociopolíticas. Seja na construção de repertórios artísticos de cunho político, seja no desfile-manifestação antimanicomial que tomara as ruas de Belo Horizonte, os integrantes do movimento social tiveram a oportunidade de, *apesar e a partir* de suas vulnerabilidades, demonstrar que não se limitam e excedem os estigmas e enquadramentos perversos que contribuem para perpetuar as injustiças que experienciam. Enquanto percorreram a jornada de construção do protesto, experimentaram outras maneiras de se predicar, de se valorizar e se reconhecer: como poetas e instrumentistas, cidadãos e manifestantes, vulneráveis e resistentes. Também, levaram os demais com quem interagiram, presencialmente ou por relatos imagéticos outros, como este texto, a questionarem as formas como são habitualmente reconhecidos. Ainda que não tenha sido possível realizar uma mensuração quantitativa, o processo de participação, construção e performance do dia de luta antimanicomial transformara, ainda que em escalas micro sociológicas, estimas, corpos e partilhas opressivas do político.

42

7 Referências

BÄCHTIGER, A et al. (Ed.). **The Oxford handbook of deliberative democracy**. Oxford University Press, 2018.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.

BUTLER, J. **Lenguaje, poder e identidad**. Editorial Síntesis, 2004.

BUTLER, J. **Marcos de Guerra**. Las vidas lloradas, trad. Bernardo Moreno Castillo, Buenos Aires, Paidós, 2010.

BUTLER, J. **Parting ways: Jewishness and the critique of Zionism**. Columbia University Press, 2012.

BUTLER, J. When gesture becomes event. In: **Inter Views in Performance Philosophy**. Palgrave Macmillan, London, p. 171-191, 2017.

BUTLER, J. **Corpos em Aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J; GAMBETTI, Z; SABSAY, L (Ed.). **Vulnerability in resistance**. Duke University Press, 2016.

CURATO, N et al. Twelve key findings in deliberative democracy research. **Daedalus**, v. 146, n. 3, p. 28-38, 2017.

COLE, A. All of us are vulnerable, but some are more vulnerable than others: the political ambiguity of vulnerability studies, an ambivalent critique. **Critical Horizons**, v.17, n.2, p.260-277, 2016.

CRESSWELL, T. Towards a politics of mobility. **Environment and planning: society and space**, v. 28, n. 1, p. 17-31, 2010.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity press, 1992.

FINEMAN, Martha Albertson. The vulnerable subject: Anchoring equality in the human condition. **Yale JL & Feminism**, v. 20, n. 1, 2008.

FINEMAN, M. A. The vulnerable subject and the responsive state. **EmoRy IJ**, v. 60, p. 251, 2010.

FINEMAN, M. A. Equality, autonomy and the vulnerable subject in law and politics, in Fineman, M.A and A. Grear (eds.), **Vulnerability: Reflections on a New Ethical Foundation for Law and Politics**. Surrey: Ashgate, pp. 13-28, 2013.

FOUCAULT, M. Poder de morte e direito sobre a vida. In: **História da Sexualidade**, v.1, A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, p.127-152, 1980.

GILSON, E. **The Ethics of Vulnerability: A Feminist Analysis of Social Life and Practice**. New York: Routledge, 2014.

GOODIN, R. E. **Protecting the vulnerable: A re-analysis of our social responsibilities**. University of Chicago Press, 1986.

HABERMAS, J. (2006). Political communication in media society: Does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. **Communication theory**, v. 16, n. 4, 2006.

HOFFMASTER, B. What does vulnerability mean. **Hastings Center Report**, v. 36, n. 2, 2006.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Ed34, 2003.

HONNETH, A.; ANDERSON, J. Vulnerabilidade, Reconhecimento e Justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, n. 17, p. 81–112, 2011.

KITTAY, E. F. **Love's Labor**: Essays on Women, Equality, and Dependency. New York:Routledge, 1999.

LAUGIER, S. Politics of vulnerability and responsibility for ordinary others. **Critical Horizons**, vol. 17, no 2, p. 207-223, 2016.

44 LIJPHART, A. Comparative politics and the comparative method. **American political science review**, v. 65, n. 3, p. 682-693, 1971.

MACKENZIE, C. The Importance of Relational Autonomy and Capabilities for an Ethics of Vulnerability. **Vulnerability New Essays in Ethics and Feminist Philosophy**. New York: Oxford University Press, 2014.

MACKENZIE, C.; ROGERS, W.; DODDS, S. (EDS.). **Vulnerability New Essays in Ethics and Feminist Philosophy**. New York: Oxford University Press, 2014.

MARQUES, A. C. Relações entre comunicação, estética e política a partir das abordagens conceituais de Habermas e Rancière. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 15, n. 3, p. 150-159, 2013.

MARQUES, A. C; VELOSO, L. H; PRADO, M. A. **Enquadramentos, cenas dissensuais e o aparecer antierarquico**: ação política e resistência em Judith Butler e Jacques Rancière. *Comunicação, Mídia E Consumo*, v. 18, n. 53, p. 394-417, 2021.

MARQUES, A. C; VELOSO, L. **Habermas, Foucault e a “vulneronormatividade”**: interfaces entre a norma e a experiência. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 29, n. 59, p. 202-231, 2022.

MENDONÇA, R. F. Mitigating systemic dangers: the role of connectivity inducers in a deliberative system. **Critical Policy Studies**, v. 10, n. 2, p. 171-190, 2016.

MENDONÇA, R. F; ERCAN, Selen A.; ASENBAUM, Hans. More than words: A multidimensional approach to deliberative democracy. **Political Studies**, v.70, issue 1, p. 153-172, 2020.

NUSSBAUM, M. **Frontiers of Justice: Disability, Nationality, Species Membership**. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

TARROW, S. **O poder em movimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TILLY, C. Cycles of collective action: between moments of madness and the repertoire of contention. In: M. Traugott (Ed.); **Repertoires and cycles of collective action**. Durham, NC: Duke University Press, 1995.

TOURAINÉ, A.; KHOSROKHAVAR, F. **A Busca de Si**: Diálogo sobre o sujeito. Rio de Janeiro: Difel, 2004.

RANCIÈRE, J. **Le spectateur émancipé**. Paris: La Fabrique, 2008.

SCHATZ, E. (Ed.). **Political ethnography: What immersion contributes to the study of power**. University of Chicago Press, 2013.

VELOSO, L. H. Linhas de fuga, agenciamentos e corporeidades: reflexões sobre dimensões infinitesimais da luta antimanicomial de Belo Horizonte. **Idealogando: revista de ciências sociais da UFPE**, v. 1, n. 2, p. 34-54, 2017.

VELOSO, L. **“Remédio anti-covardia”**: cartografia de vulnerabilidades, comunicação e política na construção e performatividade do dia de luta antimanicomial. 2020. 201 f. Dissertação – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

WACQUANT, L. Corpo e alma. **Notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Tradução de Angela Ramalho. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WEDEEN, L. Reflections on ethnographic work in political science. **Annual Review of Political Science**, v. 13, p. 255-272, 2010.

YANOW, D; VAN HULST, M; YBEMA, S. Ethnography and organizational processes. **The Sage handbook of process organization studies**, p. 223-236, 2017.

From discursive framework to embodied performances: the concept of vulnerabilities in democratic participation processes

ABSTRACT: The article discusses the heuristic and critical potential of the concept of vulnerabilities for research on citizen participation, social movements, and struggles for recognition. Through the lens of vulnerabilities, the social action of the political subject always takes place *despite* and *based on* the existential and sociopolitical vulnerabilities they face daily. In this regard, when addressing classic dichotomies such as agency and suffering, victimization and resistance, the concept of vulnerabilities enables us to understand how situations of adversity and social precariousness intersect with political participation processes: a) introducing differences in the motivation and political agenda of a social movement; b) composing obstacles and opportunities for collective action; c) and most notably, undergoing a transformation by the very process of citizen participation. Under certain conditions, these vulnerabilities, while originally seen as challenges, can serve as vectors of resistance and social empowerment. Beyond a theoretical and methodological reflection, the article presents results of the empirical application of the vulnerabilities concept on political ethnography that mapped challenges and democratic innovations promoted by the anti-asylum social movement of Belo Horizonte in the process of constructing and performing the protest "day of anti-asylum struggle".

KEYWORDS: Vulnerabilities; Social Movements; Citizen Participation; Democratic Innovation; Political Ethnography.

47

Del marco discursivo a las actuaciones encarnadas: el concepto de vulnerabilidades en procesos de participación democrática

RESUMEN: El artículo discute el potencial heurístico y crítico del concepto de vulnerabilidades para investigaciones sobre participación ciudadana, movimientos sociales y luchas por reconocimiento. A través del prisma de las vulnerabilidades, la acción social del sujeto político siempre ocurre a pesar de, y basándose en, las vulnerabilidades existenciales y sociopolíticas que enfrenta a diario. En este sentido, al abordar dicotomías clásicas como agencia y sufrimiento, victimización y resistencia, el concepto de vulnerabilidades nos permite entender cómo situaciones de adversidad y precariedad social se cruzan con procesos de participación política: a) introduciendo diferencias en la motivación y agenda política de un movimiento social; b) componiendo obstáculos y oportunidades para la acción colectiva; c) siendo reconfiguradas por el propio proceso de participación ciudadana, bajo ciertas condiciones, como vectores de resistencia y empoderamiento social. Más allá de una reflexión teórica y metodológica, el artículo presenta resultados de la aplicación empírica del concepto de vulnerabilidades en la etnografía política que mapeó desafíos e innovaciones democráticas promovidas por el movimiento social anti-manicomio de Belo Horizonte en el proceso de construcción y realización de la protesta "día de lucha anti-manicomio".

PALABRAS CLAVE: Vulnerabilidades; Movimientos Sociales; Participación Ciudadana; Innovación Democrática; Etnografía Política.